

Ex.ma Sra. Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputada Emília Cerqueira

Assunto: Audição do SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos

Do ponto de vista geoestratégico o mar confere-nos centralidade atlântica, sendo uma via de comunicação com o mundo e, sobretudo, com os nossos aliados (os países membros da NATO e, em particular, aqueles que são nações e potências marítimas). Relembramos que a Zona Económica Exclusiva de Portugal é a 5.ª maior da União Europeia, com 1.727,408 km² de área.

A nível interno somos os maiores consumidores de peixe, per capita, com cada português a consumir anualmente cerca de 57 kg, mais do dobro da média da EU. Por outro lado, é expectável e desejável que a economia do mar contribua em cerca de 7% do Produto Interno Bruto e 5% do emprego nacional até 2030, assegurando, sempre, a sustentabilidade, o conhecimento científico e a biodiversidade, que são pilares essenciais na implementação de qualquer Estratégia Nacional para o Oceano.

Neste contexto, os inspetores de pesca têm uma importância crucial na preservação e gestão sustentável dos recursos marinhos, um elemento valioso para a economia e o meio ambiente do Estado Português. O papel que os inspetores de pescas desempenham, no exercício das suas funções, de inspeção, controlo e vigilância, é fundamental para o crescimento económico do país e a salvaguarda das espécies marinhas e do ecossistema para as gerações futuras dentro de qualquer estratégia para o mar. Diariamente, enfrentam desafios complexos em missões terrestres, navais e aéreas, para garantir a sustentabilidade das nossas águas e dos nossos recursos, bem como em toda a restante fileira do pescado. Em território nacional percorrem o país de norte a sul em missões de inspeção, ações de controlo, monitorização e vigilância, patrulhamento e de auditoria, incluindo a coordenação destas ações com entidades externas como a GNR, Marinha, Força Aérea, entre outras. Para além de inspetores nacionais são, também, inspetores da União e inspetores das várias Organizações Regionais de Pesca sendo, frequentemente, convocados para representar Portugal em várias partes do globo. Em representação externa do Estado Português, no âmbito da Política Comum de Pescas, são o único órgão da administração central do Estado que faz abordagens e inspeções a navios, que também arvoram a bandeira de países terceiros em águas internacionais e de alto-mar. Esta perceção pode valorizar o seu perfil num mundo globalizado e mitigar a nossa perifericidade no quadro estrito do continente europeu, enquanto confere à União Europeia, por seu intermédio, a mais-valia de uma posição geoestratégica que penetra, profundamente, no Oceano Atlântico, a Sul e a Oeste.

Mas é impossível a inspeção das pescas ser eficiente, com meios humanos desmotivados e meios materiais inexistentes ou obsoletos. É justo e obrigatório que se remunere quem efetivamente trabalha em situações

de penosidade, risco e com disponibilidade permanente, como é o caso dos inspetores de pescas. Torna-se imperativo que se criem condições para que os inspetores possam desempenhar as suas funções dignamente e vejam os seus sacrifícios devidamente remunerados. É necessário criar atrativos para manter estes profissionais nesta atividade e não prefiram outras inspeções onde lhes oferecem melhores condições e menos sacrifícios. Assim, é fundamental o início urgente das negociações com vista à revisão do Decreto-Lei n.º 141/2019, para que a carreira permaneça coerente, valorizada e justa, corrigindo os erros do passado.

Concluindo, a carreira especial das pescas, hoje não se encontra atualizada, não se encontra apta a enfrentar a realidade da Política Comum de Pescas. Está desajustada e enfraquecida, sem qualquer relevância para dar cumprimento à sua missão. Torna-se necessário, por isso, elaborar uma estratégia e uma visão, por forma a que se consiga modernizar e atualizar este setor e dar cumprimento às exigências comunitárias que se fazem sentir. É imperativo que se olhe para esta inspeção com visão de futuro, de integração por completo na Política Comum de Pescas, que tanto tem trazido para Portugal e que tanto tem contribuído para o desenvolvimento socioeconómico deste País.

Nesse sentido e uma vez que, até ao momento, o SINTAP não obteve resposta ao pedido de audiência formulado ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, com quem já decorreram conversações anteriores e onde foram expressos os anseios e preocupações dos inspetores de pescas, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer a audição do SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, sobre a conjuntura do sector, bem como os constrangimentos e/ou dificuldades existentes, no que respeita à atividade dos inspetores de pesca, e respetivas propostas/soluções que lhes ofereça apresentar, por intermédio de Vossas Excelências, nos termos e fundamentos que antecedem.

Palácio de S. Bento, 26 de junho de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro dos Santos Frazão, João Paulo Graça, Diva Ribeiro e Miguel Arruda.

Fontes:

Decreto-Lei n.º 141/2019 de 19 de setembro

Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 141/2019 de 19 de setembro, que estabelece o regime de carreiras especiais das inspeções setoriais (Inspetores de Pescas).

Recursos Pesqueiros em Perigo. Memorando Reivindicativo dos Inspetores das Pescas (Lisboa, 27-05-2024).

<https://observador.pt/2024/05/28/inspetores-das-pescas-pedem-ao-governo-reconhecimento-da-carreira-e-ameacam-com-greve/>

<http://www.sintap.pt/2024/05/27/inspetores-das-pescas-entregam-memorando-reivindicativo/>

<https://www.dgrm.pt/corpo-de-inspetores-de-pescas>